Diário da Sessão n.º 030 de 24/10/01

Presidente: Passemos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Eu estou a fazer este compasso de espera, porque há um atraso do Sr. Secretário Regional e o segundo ponto da ordem de trabalhos é exactamente a **Proposta de Decreto Legislativo Regional "Alteração do Orçamento da RAA para 2001"**.

Eu peço a vossa compreensão.

Entretanto chegou à Mesa uma proposta de alteração, apresentada pelo PS, que está a ser distribuída.

Portanto, vamos então iniciar o debate desta proposta de diploma e eu daria a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como Vs. Exas. muito bem sabem, o orçamento rectificativo do Estado para o corrente ano de 2001, consagrou um artigo especificamente dedicado aos Açores e à Madeira, no qual o Governo da República assumiria 12 milhões de contos de dívida das Regiões Autónomas ainda no corrente ano.

Esta assunção de dívidas seria precisamente com o objectivo de, tal como se passa na República, os governos regionais poderem também assumir dívidas dos serviços regionais de saúde.

Nesta ordem de ideias e para aproveitar, digamos assim, este artigo inscrito no Orçamento de Estado, o Governo Regional necessita para o efeito de operacionalizar e de consumar esta assunção de dívida ao Serviço Regional de Saúde.

Nesta sequência apresenta a esta Assembleia esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que tem como objectivo principal, pedir autorização à Assembleia para assumir 12 milhões de contos de dívida do Serviço Regional de Saúde.

Para operacionalizar ainda melhor esta operação, nomeadamente no que respeita à obtenção de boas condições nos mercados financeiros para este empréstimo, – empréstimo esse que já está negociado, embora não esteja obviamente contratado, já houve negociações e já houve contactos com muitas instituições financeiras para saber qual delas oferecia melhores condições para esta operação – entendeu-se que o mutuário desta operação seria precisamente o Instituto de Gestão Financeira da Saúde que assumiria o encargo de contrair este empréstimo e imediatamente a seguir, se não mesmo na mesma oportunidade, cederia esta responsabilidade ao Governo Regional, tal como o Governo da República assume a responsabilidade da Região.

Nestas condições conseguem-se taxas de empréstimo francamente boas, no momento actual.

Nesta ordem de ideias, nós estamos aqui com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional a solicitar à Assembleia Regional que habilite o Governo com os meios necessários para consumar este saneamento, que não é total mas sim parcial, do Serviço Regional de Saúde.

Este documento foi já apreciado na Comissão de Economia e sobre ele já foi emitido um parecer. Creio que não há muitas dúvidas quanto à razão de ser deste documento. De qualquer das formas estou aqui à disposição dos Srs. Deputados para quaisquer esclarecimentos que entendam por bem fazer.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A explicação que o Sr. Secretário acabou de dar e que já tinha dado na Comissão de Economia, parece-nos ser clara relativamente às intenções deste diploma e, à primeira vista, parece-nos que isto será exclusivamente uma forma de operacionalizar o saneamento de parte da dívida do Serviço Regional de Saúde, na sequência do orçamento rectificativo que colocou à disposição dos Açores e da Madeira 24 milhões de contos – 12 milhões para cada região – no sentido de sanear, no nosso caso pelo menos, parcialmente a dívida do Serviço Regional de Saúde.

A forma de operacionalizar isto é esta que aqui foi sugerida.

Da nossa parte entendemos que não há nada a opor em relação a esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional, após a sua explicação, referiu explicitamente que a assunção por parte do Estado desse montante de 12 milhões de contos – porque é disso que se trata, da dívida do Serviço Regional de Saúde – corresponde a uma parte dessa dívida.

Parecia-me indispensável, perante esta Assembleia, que V. Exª. aproveitasse a oportunidade para dar uma informação mais pormenorizada a esta Câmara sobre o montante efectivo da dívida do Serviço Regional de Saúde.

Estamos a aproximarmo-nos do final do ano económico. Como V. Exa. sabe as informações disponíveis por parte do Parlamento não são muito actualizadas nesse domínio, inclusivamente na própria opinião pública e no debate político surgem muitas vezes em cima da Mesa valores díspares sobre essa matéria.

Portanto, era desde já o pedido que fazia a V. Exª.

Vi que não havia aqui comparações com os governos anteriores, porque nós vamo-nos habituando, diploma a diploma, matéria a matéria, nas análises que são feitas, a ter sempre a preocupação de um cotejo com a herança que o Governo do PS teve e com aquela que deixa, neste caso, ao Estado Português.

A herança que o Governo Socialista teve em matéria do Serviço Regional de Saúde é bem menos pesada do que aquela que deixa ao Estado Português agora.

Gostaria também de saber se V. Exa. confirma ou não esta minha leitura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a discutir uma Proposta de Decreto Legislativo Regional de alteração ao decreto orçamental.

Eu sei que a proposta tem um objectivo específico, preciso e determinado que foi explicado pelo Sr. Secretário.

Em relação a esse objectivo específico, determinado e preciso, não temos objecções a levantar e achamos que o documento deve ser aprovado.

Entretanto acho que é necessário fazer-se uma outra referência.

Neste mês de Outubro do ano 2001, estando aberta a discussão do Orçamento de 2001 através de uma proposta de alteração, na nossa óptica, não faz grande sentido que se fale só de aspectos particulares, ou seja, está na mesa uma proposta de alteração da Lei do Orçamento e entretanto sabemos que no orçamento deste ano – sabemos porque é voz pública, sabemos porque o Sr. Secretário tem falado nisso, sabemos porque o Presidente Governo tem falado nisso, sabemos que são inúmeros os serviços públicos que falam na cativação de verbas, etc. – há problemas.

Entretanto surge esta questão particular com a qual estamos de acordo e, desde já, asseguramos aqui o voto, mas não me parece bem que o resto passe despercebido no meio disto.

Seria uma oportunidade – porque estamos a falar do orçamento de 2001 – desta Câmara ser, de algum modo, esclarecida sobre a razão da cativação das verbas, sobre as anomalias que eventualmente se verificaram na captação de receitas, sobre as necessidades de diminuir as despesas em função disso, etc., sob pena desta Câmara não estar completamente atenta à problemática que está a discutir, que é o Orçamento de 2001, que aliás não foi discutido em Novembro do ano passado, de acordo com a lei em vigor. Foi discutido em Abril, porque houve eleições o ano passado.

Portanto, foi há poucos meses e as anomalias começaram a surgir muito pouco tempo depois.

Eu lembro-me que em plenas férias fiz um requerimento. Talvez não tenha sido bem compreendida a razão de ser desse requerimento, mas algumas das preocupações lá postas, passado poucas semanas, começaram a ficar patentes.

Eu aproveitava esta oportunidade – e digo pela 10ª vez, estamos a discutir o Orçamento de 2001 – para pedir ao Sr. Secretário alguma informação sobre esses problemas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pela questão que foi colocada pelo Deputado Alvarino Pinheiro, na minha intervenção não falei de uma herança do passado. V. Exa. é que falou.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Já estou habituado!

O Orador: Nós já perdemos este hábito. Achamos que nós próprios já fizemos história.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Até que enfim!

O Orador: Achamos que a nossa experiência governativa, desde finais de 1996 para cá, já é história e esta história já nos basta para fazer comparações com anos da nossa governação anterior. Talvez venhamos ainda a invocar um caso ou outro gritante, que valha a pena referir o passado. O passado também não se deve esquecer,…

Deputado João Cunha *(PSD*): Não, até para exame do que foi bem feito!

O Orador: … deve servir de lição ao futuro. E estas lições nós temos aprendido e fazemos sempre por aprender com as lições dadas por outrem e pela nossa própria experiência governativa.

Não falei nas negociações que houve com o Governo da República, para a assunção desta dívida, porque achei desnecessário. Vamos à

objectividade das coisas. Há esta possibilidade que foi conseguida no orçamento de Estado. Vamos aproveitá-la!

Foi única e exclusivamente para aproveitar esta possibilidade que nós estamos aqui a pedir à Assembleia os instrumentos que precisamos para regularizar esta situação, que é parcial.

Eu, neste momento, não tenho ainda os números do corrente ano de 2001 da dívida ou do déficit, que são duas coisas diferentes, do Serviço Regional de Saúde. Muito provavelmente quando reunirmos aqui no próximo mês já teremos números fidedignos referentes ao mês de Junho. Nessa altura, Vs. Exas. saberão qual o estado do Serviço Regional de Saúde referente a Junho.

Relativamente ao ano anterior, 31 de Dezembro, a dívida do Serviço Regional de Saúde era de 14,8 milhões de contos, onde fica praticamente toda absorvida à excepção de 2,8 milhões de contos, por esta operação financeira que nós vamos fazer.

Quanto ao Deputado Decq Mota, isto é entrar noutro debate que não este propriamente, que aqui está.

Como V. Exa. muito bem sabe, embora talvez nunca tenha tido experiência governativa, mas não é preciso experiência governativa para saber e constatar, não há um ano económico igual ao anterior. Todos eles são diferentes, em todos eles existem dificuldades, em todos eles existem problemas que têm de ser ultrapassados e é precisamente por isso que existem os governos para ultrapassar os problemas que quotidianamente se nos põem na execução daquilo que foi previsto, na generalidade dos casos, com um ano de antecedência.

Neste momento, é óbvio que nós temos algumas dificuldades, nomeadamente por carência de receitas que estavam previstas no

Orçamento da Região Autónoma dos Açores, que foi aqui aprovado nesta Assembleia. Temos alguns problemas, por isso mesmo fizemos a cativação de verbas de algumas rubricas a exemplo do que fizemos em anos anteriores, precisamente para precaver esta possibilidade das receitas previstas não serem iguais às efectivamente arrecadadas.

Mas isto tudo, Sr. Deputado, são questões que serão resolvidas com os instrumentos que o Governo tem. Precisamente por isso é que fizemos as cativações de verbas e repito, tal como fizemos em anos anteriores, para possibilitar chegarmos ao fim do ano com o orçamento cumprido, não na íntegra, porque nenhum orçamento é cumprido a 100%, mas com o máximo possível e com os meios financeiros que durante o ano tivemos, independentemente, de estarem ajustados às previsões anteriormente feitas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Para nós o que é preocupante é que, ao contrário do que V. Exª. referiu e que nós partilhamos, o passado deveria servir de lição para o presente e para o futuro. Nesse domínio a lição não foi devidamente aprendida, porque o que se verifica é que a situação no sector da saúde, sob o ponto de vista financeiro, porque é isso que estamos aqui a tratar, tem vindo a agravar-se.

A filosofia orçamental que o Governo utiliza relativamente ao sector da saúde é a da suborçamentação. Sistematicamente o Governo não encara o problema financeiro da saúde na Região Autónoma dos Açores e,

conscientemente, faz um orçamento de despesa com um grau de déficit superior àqueles que se verificaram no passado.

Portanto, é uma má gestão e uma desequilibrada gestão orçamental do sector, não se ter em conta as lições do passado nesse domínio.

Em 96, havia o compromisso de sanear financeiramente o sector da saúde e de adoptar uma política realista, uma gestão racional e parcimoniosa, mas séria. Ora, o que se verifica é o contrário, é o acumular do déficit do sector e, portanto, deixar para os fornecedores o papel – que alguns já estão a rejeitar – de financiadores do sector.

Nesse contexto vou deixar mais uma pergunta ao Sr. Secretário.

Com este saneamento parcial onde diz que ficam apenas cerca de 3 milhões de contos por fora, com dados referentes ao início do ano, como está o sector neste momento? Em vez de 3 podem ser 6, 7 ou 8. Isto é que é dramático! Peço imensa desculpa, não quero ser impertinente, mas é o nosso papel, não temos outra forma de chegar lá. Esta Assembleia não pode passar permanentemente cheques em branco a V. Exa. e ao Governo. Tem que compreender!

Se o Sr. Secretário tivesse deste lado, certamente, que não seria tão moderado nos comentários como eu estou sendo e o meu partido com V. Exa.

Isto é um assunto muito sério e se nós queremos credibilizar a administração perante os cidadãos, a própria Assembleia tem a estrita obrigação de questionar V. Exª., eu diria até exigir, que o Governo Regional apresente contas perante esta Casa. Já nem me refiro a uma Comissão Parlamentar. Isso está de tal maneira que tem que ser perante esta Assembleia.

Nós recebemos há bem pouco tempo uma informação, um apelo, um SOS, por exemplo, da Associação Nacional de Farmácias, que dava conta da sua incapacidade para fazer com que o Governo Regional satisfizesse os seus compromissos através do Serviço Regional de Saúde, para com aquela associação. V. Exª. também deve ter recebido esse apelo.

Pergunto: vão ser contemplados com esse saneamento ou vão fazer parte dos "N" milhões de contos que vão continuar em divida no Serviço Regional de Saúde? Vão ser parcialmente contemplados?

Há várias políticas de gestão de dívida e pelos vistos este Governo vai-se especializando nessa tarefa de gestão de dívida.

Finalmente, gostaria de referir que sob o ponto de vista político e face ao diploma que temos em presença, obviamente, que o PP vai votar a favor, porque vai votar a favor de uma redução de dívida efectiva na Região Autónoma dos Açores e acho que devemos todos dar graças a Deus, por continuarmos a beneficiar do "caos" financeiro que o Governo da República está a conduzir este país e efectivamente são situações de paralelismo que seriam de todo indesejáveis, e portanto evitáveis, mas já estamos naquela lógica: já que o Estado está numa situação caótica, e o Serviço de Saúde por excelência, então que os Açores ao menos beneficiem disso.

Acho que foi a alegria que todos tivemos quando vimos o Estado Português assumir adicionalmente este grande buraco no sector da saúde a nível nacional, pois a nossa satisfação com a desgraça alheia – que também é de todos nós, porque também somos contribuintes nacionais – libertou-nos mais 12 milhões de contos. Tem sido a nossa sorte.

Tivemos antes os 110 milhões da assunção da dívida no âmbito da Lei das Finanças Regionais, e vamos nessa postura irresponsável, sob o ponto de vista financeiro, andando neste mundo por ver os outros andar, sempre na esperança que a desgraça nacional amanhã nos dê a mão, outra vez, com a revisão da lei ou uma coisa qualquer.

Ora bem, como autonomista e como responsável político não posso aceitar esse fatalismo e nessa postura Sr. Secretário não contem connosco para estarmos minimamente solidários com uma política financeira irresponsável como esta.

Vamos votar para bem dos Açores e aliviar o povo dos Açores, directamente, como contribuinte local, dessa dívida de 12 milhões de contos e insatisfeitos porque o Governo mostra-se incapaz de informar o Parlamento dos Açores de qual é a situação financeira do sector é da saúde na Região. É lamentável que no fim de Outubro, não se saiba minimamente de forma actualizada a dívida do sector da saúde.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Muito brevemente apenas para chamar a atenção para uns pequeninos aspectos muito importantes.

No ano em curso – eu já o afirmei e sublinho, porque é bom lembrar – o Orçamento foi aprovado em Abril e não em Novembro do ano passado, por razões que resultam da legalidade.

Segunda questão: o Sr. Secretário frisou por duas vezes que já tinha sido usado noutros anos esse instrumento da cativação de verbas. É verdade! Mas não foi usado noutros anos com tanto impacto como neste.

Portanto, o que quero dizer é que temos um problema de grau. É evidente que são instrumentos que o Sr. Secretário e o Governo dispõem, que se forem usados num pequeno grau, significa que o problema que está na origem do recurso a esse instrumento é um problema pequeno. Se são usados num grande grau o problema que está na origem do recurso a esse instrumento é um problema grande. É essa a situação deste ano. É por isso – e queria sublinhar esse aspecto – que estranhamos que quando se fala de orçamento, mesmo que seja para falar dum método de aliviar uma parte da situação de dívida que a Região tem neste sector específico, admira-me que não se fale do resto.

É evidente que daqui a um mês ou menos, vamos ter a sessão do orçamento para o ano que vem e é evidente que os problemas das receitas, das despesas, os problemas de se saber se quando se fez a previsão houve empolamento da receita, o problema de saber se quando se programou a despesa havia intenção ou não de a realizar, tudo isso irá ser mais esmiuçado e mais debatido.

De qualquer maneira do ponto de vista político, penso que não era muito percebível que tivéssemos a discutir o orçamento de 2001, sem que ninguém acusasse as anormalidades que tem que perpassar pelo seio do orçamento de 2001.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero congratular-me pela posição final do Grupo Parlamentar do PP, que já declarou que irá aprovar este diploma. Eu aplaudo essa posição, mas não comungo das mesmas ideias em relação

ao que referiu anteriormente nem com este tom catastrofista em que o Governo da República está a querer levar o país para um "caos" e que está, enfim, com uma gestão financeira escabrosa.

Percebi que a gestão financeira aqui na Região estava num "caos". Também percebi que acusava o Governo de gerir a dívida pública sem controlo, etc.

Sr. Deputado, neste aspecto basta olhar para a realidade e ver que nós conseguimos, no aspecto da dívida, reduzir o stock da mesma, por uma vez em 110 milhões de contos e agora em mais 12. Portanto, já vão 122 milhões de contos de dívida que deixamos de ser responsáveis por ela.

Se isto é conduzir mal financeiramente a Região, então não sei o que é conduzir bem. Talvez quando V. Exª. algum dia for Governo, se o for, leve esta Região para o paraíso.

Quanto ao deputado Decq Mota pois registo, e é um facto, que estamos a tratar do orçamento rectificativo deste ano. Compreendo perfeitamente que queira introduzir outros temas de debate que não aqueles que estão aqui expressos neste diploma legislativo, mas quanto a isso também lhe posso responder, genericamente, que efectivamente tivemos um problema de arrecadação de receitas que não correspondeu àquilo que foi previsto no orçamento.

Recordo que no Orçamento de 2001 nós tínhamos previsto um crescimento de receita fiscal, nomeadamente em sede de IRS e IRC, com uma taxa de crescimento real de zero, porquanto somente previmos que esses viessem a crescer em 2001, cerca de 2,5%. O que é que sucedeu? Sucedeu – e ao longo destes últimos anos isso tem sido sobejamente debatido – que os acertos finais feitos pela administração fiscal em sede de IRS e IRC, para contemplar as baixas fiscais, as

baixas de impostos que houve aqui na Região, relativamente a 99 e 2000, só incidiram em força este ano. É esta a razão principal da quebra de receitas relativamente aos impostos.

Por outro lado, em sede de fundos comunitários, a comunidade ainda não fechou o II QCA, onde também houve menores receitas percebidas pela Região. São estas as duas razões fundamentais que nos levaram, através dos meios do Governo, a fazer cativações de verbas naquilo que era possível, precisamente para que os serviços fossem ao longo do ano habituando-se ou tendo a consciência de que não poderiam gastar tudo o que lá estava consignado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Comissão de Economia tivemos oportunidade de questionar o Sr. Secretário em relação a algumas destas matérias que aqui estamos a falar, por um lado. Por outro, estando a falar concretamente em relação a este diploma, não quisemos extrapolar um conjunto de dúvidas que tínhamos, que temos e que em breve as colocaremos para tentar esclarecer a situação financeira da Região, porque a figura regimental que aqui está em causa, tem a ver com esta correcção do orçamento e que para nós, julgo que também é uma das razões por que estamos aqui e vamos votar favoravelmente. Isto tem a ver com o pagamento de dívidas contraídas e de pessoas que estão à espera desse dinheiro.

Portanto, terá que ser rapidamente resolvido, mas não deixaremos de, em tempo oportuno, tentar esclarecer um conjunto de dúvidas que temos em relação a isto e que passam não só pelos esclarecimentos

devidos, relativamente à receita, mas também relativamente à componente da despesa.

No caso da Saúde já se sabe, pelas informações que o Sr. Secretário já deu na Comissão e também aqui, que desde 96 a 2000, tivemos em média uma cadência de acréscimo do déficit em cerca de 2,5 milhões de contos, razão pela qual após este saneamento, mantendo-se essa média, previsivelmente, ficaremos no ano 2001 mais ou menos ao nível que tínhamos em 96. Mais uma razão, face às dificuldades orçamentais que o Governo finalmente tem vindo a reconhecer, para que se faça alguma coisa em termos de aumento da eficiência e redução, por essa via, do peso relativo da despesa da Saúde.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reafirmar a posição do Grupo Parlamentar do PS, relativamente a esta matéria, uma vez que já o tínhamos feito na Comissão de Economia.

Contudo, penso que é importante reafirmar que o PS vai votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao debate na especialidade.

Artigo 1º. Para este artigo não existem propostas de alteração

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º.

Para o artigo 2º há uma proposta apresentada pelo PS, relativa à alínea f), do artigo 9º, do Decreto Legislativo Regional nº 9/98/A, de 13 de Abril.

Está à discussão o artigo 2º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conta do conteúdo desta proposta de alteração, que vem no sentido apenas de uma reformulação de natureza técnico-jurídica de uma melhor formulação do artigo 2º. Não altera em nada o conteúdo, apenas a forma.

Obrigada.

Presidente: Não há mais intervenções.

Vamos então votar esta proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à votação deste artigo 2º, já com esta proposta incluída.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3º. Está aberta a discussão

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que existe uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, relativamente ao artigo 3º..

Presidente: Exactamente. Peço imensa desculpa.

Para o artigo 3º há uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É proposta uma alteração a este artigo 3º, uma vez que a Lei nº 74/98, que prevê a publicação, identificação e formulário dos diplomas, no nº 1 do artigo 2º, refere que o início da vigência pode ficar-se apenas, como prazo limite mínimo, no dia seguinte ao da publicação. Daí a sugestão de alteração da letra do diploma.

Presidente: Não há mais intervenções.

Vamos votar a proposta de alteração que substitui no fundo o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à votação final global do diploma, considerando aquilo que já foi aprovado na especialidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em votação final global, foi aprovada por unanimidade.